



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA CENTRAL METROPOLITANA  
Ata da 40ª reunião, realizada em 2 de agosto de 2023

1 Em 2 de agosto de 2023, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana (URC CM)  
2 do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de  
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes  
4 membros titulares e suplentes: o presidente suplente Fernando Baliani da Silva, representante da SEMAD.  
5 Representantes do poder público: Karla Jorge da Silva, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
6 Abastecimento (Seapa); Marco Antônio Mendonça Gaspar, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
7 Econômico (Sede); Nádia Lima Sousa Madureira Silva, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e  
8 Parcerias (Seinfra); Bárbara Apoliane Simões Lopes, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Marcos  
9 Miguel Temponi Godinho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG); Lucas  
10 Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); José Reis Nogueira de Barros, da Prefeitura  
11 de Belo Horizonte. Representantes da sociedade civil: Monicke Sant Anna Pinto de Arruda, da Federação das  
12 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária  
13 do Estado de Minas Gerais (Faemg); Geraldo Magela da Silva, do Sindicato e Organização das Cooperativas do  
14 Estado de Minas Gerais (Ocemg); Andrea Michelin de Moura, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Sérgio  
15 Marcio Cappai Nésio, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental; Pedro  
16 Tavares Lima, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca). **Assuntos em pauta. 1)**  
17 **ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Fernando Baliani da Silva fez leitura do  
18 memorando da Secretaria Executiva pelo qual foi designado para presidir esta sessão e declarou aberta a 40ª  
19 reunião da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**  
20 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Henrique Damásio  
21 Soares: “Na reunião passada, eu fiz um pedido, e gostaria de agradecer ao pessoal da Assessoria dos Órgãos  
22 Colegiados. Prontamente me atenderam e disponibilizaram acesso, via SEI, das informações. Eu gostaria só de  
23 deixar registrado o agradecimento do envio das informações. Muito obrigado.” Conselheiro Pedro Tavares Lima:  
24 “Boa tarde a todos. Só me apresentar. Sou Pedro Lima, atual presidente da Promutuca. É a primeira vez que  
25 estamos participando desta Unidade Colegiada. Espero que façamos um bom trabalho com vocês. Obrigado.”  
26 Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, conselheiro Pedro. Seja bem-vindo. Também desejo sucesso  
27 neste mandato em que a Promutuca estará participando conosco.” Conselheiro José Reis Nogueira de Barros: “Só  
28 mesmo aproveitando a deixa e me apresentar como novo membro representando a Prefeitura de Belo Horizonte.  
29 Nós que estamos aqui na Secretaria de Meio Ambiente como secretário, e toda a área técnica, estamos à  
30 disposição para contribuir com vocês. Estamos à disposição.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado,  
31 conselheiro. Seja bem-vindo também. Desejo sucesso também neste mandato.” **4) COMUNICADO DA**  
32 **SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 39ª REUNIÃO.** Aprovada por  
33 unanimidade a ata da 39ª reunião da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana, realizada em 5 de julho  
34 de 2023. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg,  
35 Faemg, Ocemg, SME, Instituto Espinhaço e Promutuca. Ausência: Sesi. **6) PROGRAMA DIÁLOGOS COM O SISEMA:**  
36 **CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR E SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DA ORIGEM DOS PRODUTOS**  
37 **FLORESTAIS - SINAFLOR E SUAS IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**  
38 **EM MINAS GERAIS.** **Apresentação:** IEF/URFBio Metropolitana e SEMAD/Subsecretaria de Regularização  
39 **Ambiental.** Rinaldo José de Souza e Luana de Oliveira Barros Cruz, do Instituto Estadual de Florestas, fizeram  
40 apresentações à URC Central Metropolitana sobre os aspectos legais e operacionais do Cadastro Ambiental Rural  
41 (CAR) e do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) e suas implicações nos  
42 processos de licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais. O conteúdo das duas exposições foi  
43 disponibilizado no site da SEMAD. **Debates.** Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Só para dizer para todos que  
44 estão nos escutando que este é um ponto muito sério. O Plano Safra já exige a análise do CAR, já está tendo

negativa de fornecimento de crédito para essa safra, para a próxima safra. Então isso é uma coisa urgente. Hoje cedo, nós já tivemos reuniões com César Donato. Acredito que, com a saída do César Teixeira, ele que vai conduzir essa questão da análise dos cadastros ambientais em Minas Gerais pelo IEF. E nós estamos imbuídos, junto com o órgão ambiental, SEMAD, e o governo, por isso que a minha manifestação é nesse sentido. Seapa, SEMAD, Emater, prefeituras, Epamig, parcerias: é necessária essa urgência porque, pelo ritmo que está sendo analisado, nós fizemos uma conta aqui, por baixo, se for o ritmo atual, esses 1.090.000 CARs vão ser analisados em 25 anos. Não queremos isso, então estamos imbuídos, junto com o IEF, planejando as ações. Nós queremos uma grande mobilização do governo, já estamos acionando o Zema, o vice-governador, porque isso vai ter que ser uma prioridade do órgão, principalmente do IEF, na condução dessas análises, fortalecer a equipe de análise, estabelecer parcerias. Em algumas regiões do Estado, isso já está ocorrendo, até junto com o Ministério Público; região Noroeste, o pessoal da Fundação Renova na Zona da Mata; no Triângulo Mineiro tem um projeto do Senar nacional. Mas sabemos que esses projetos precisam ficar mais robustos. Então eu acho que essa vai ser a nossa principal missão junto com vocês, no segundo semestre, porque já está sendo negado, e o CAR é a principal ferramenta, aliada ao produtor rural, para demonstrar a sustentabilidade das suas atividades agrícolas. Nós queremos um CAR analisado, que seja retificado, não queremos ficar suspensos de forma alguma, porque nesse período de suspensão também não será garantido o crédito, é uma resolução do Banco Central. Já tem tido esse efeito. E esperamos rapidez, agilidade, o contato com o órgão, disposição, número de WhatsApp para tirar dúvida, o IEF voltar a ter balcão, porque essa questão toda automatizada, via SEI, a realidade dos produtores é outra, ele não vai acessar o SEI para saber se foi notificado ou não. Então nós estamos empenhados junto com vocês. Mas eu só faço uma reflexão. Quando foi publicado o Código Florestal, federal e estadual, o Estado tinha uma meta de política pública de sempre querer ir à frente, então criou um sistema estadual de CAR, um cadastro estadual, e depois aderiu ao CAR nacional. Isso dificultou muito essa questão do CAR. E nós sabemos do esforço da diretoria do IEF e de todo o governo nesse sentido. E aí eu só faço uma colocação: quando você fala ‘dados podres’, o produtor rural que fez o cadastro desenhou a sua propriedade rural conforme ele tinha a sua convicção, onde eram as áreas de reserva legal e APP. De forma alguma, ele teve má-fé. Eu acho que, como funcionário público, falar que os dados que são colocados são ‘podres’, fica parecendo que foi feito de uma forma... Mas não foi. A legislação é complexa, os produtores, a maioria, não têm o conhecimento. Nós nos imbuímos, à época, na Faemg. Mas é isso, nós precisamos de um grande movimento, do governador, chamar todos, as prefeituras, municípios, Emater, todos os entes, sejam públicos ou particulares, segmentos de classe, para tentar fomentar parcerias para que essa análise seja feita da melhor maneira possível e mais rápida possível. Eu só faço essa ressalva, o produtor, de boa-fé, fez o cadastro, os próprios memoriais descritivos de propriedades são confusos, porque os limites... Ainda não tinha georreferenciamento. Hora nenhuma o produtor quis omitir e colocar informação falsa dentro do CAR, é porque realmente ele desconhecia ou eram as informações que ele possuía em mãos à época. Só para alertar que precisamos, tem que mudar a chave mesmo nesse sentido de o governo, as entidades, fazer um grande mutirão para que esse CAR seja analisado. São essas as minhas colocações, sempre no sentido de contribuir com as discussões.” Rinaldo José de Souza/IEF: “Eu usei essa palavra mesmo porque precisamos dar um certo drama para essa situação. Eu não disse que foi por má-fé dos produtores. Eu usei, sim, a palavra ‘podre’ e tenho usado essa palavra, até porque, quando tratamos essa situação com menos importância do que realmente ela chega... Porque, quando o dado chega para o analista, e ele tem que descartar esse dado, ou então aquele dado descarta o resto da análise, ele realmente não presta. Não que tenha sido má-fé, mas foi por conta daquilo que eu disse no início, de que não foi divulgada a devida importância do que seria o CAR. Então neste momento é importante que seja tratada essa situação com a urgência que ela precisa ser tratada. Mas a palavra que eu usei foi essa mesmo, a palavra que usamos quando temos dados, em bancos de dados, que atrapalham os outros, dão problema nos outros. É como se fosse uma laranja mesmo que colocamos estragada e contamina o resto. Então eu usei essa palavra mesmo, mas não foi com a intenção de dizer que foi de má-fé. Até no início eu disse que não foi dada a devida importância por nós que divulgávamos o CAR, pelo Serviço Florestal, de que esse cadastro seria muito útil e seria muito utilizado para tudo que o produtor rural precisa, para o pequeno produtor, o grande produtor. Mas não foi com essa intenção de dizer que foi de má-fé. Nós entendemos que não foi de má-fé, mas que isso precisa ser corrigido o mais rápido possível.” Luana de Oliveira Barros Cruz/IEF: “Quando trabalhamos com sistemas novos, enfrentamos essas dificuldades. Primeiramente o CAR foi lançado na Lei Florestal, e não tínhamos realmente uma ideia do que seria, qual seria e como seria o uso desse sistema, qual seria a finalidade a longo prazo. Então encontramos, principalmente no início, muita dificuldade nesse sentido de convencimento. A

97 Faemg foi um grande parceiro também, inicialmente, apoiando na divulgação da necessidade de se fazer o  
 98 cadastro, junto aos produtores rurais, com uma força-tarefa grande no âmbito estadual. É mais para colocar esse  
 99 ponto mesmo de dificuldade inicial de sistema. E hoje estamos colhendo os frutos, ao fazer essas análises, desse  
 100 processo que passamos naquela época.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Eu entendi a colocação do  
 101 Rinaldo e da Luana. O produtor fez o cadastro em 2013. Nós estamos em 2023. Falar que a informação que ele  
 102 fez vai ser jogada fora, nós ficamos com um pesar danado. Eu e meus colegas aqui da Faemg tivemos uma conversa  
 103 com o César Donato hoje, e o tom não foi esse. Foi que os dados eram bacanas e que as análises realizadas vão  
 104 conseguir cobrir uma boa parte do território. Nós ficamos nessa incongruência: uma parte da equipe entende a  
 105 importância da Faemg, a outra parte fala que o produtor não foi com má-fé, mas os dados não prestam. Nós  
 106 temos que buscar solução, e a solução é a análise que vai ser realizada por quem? E aí nós vamos, junto com o  
 107 governo, buscar esses parceiros. É nesse sentido mesmo. Eu não sei o que acontece com essa descentralização  
 108 do órgão, cada um pensa de um jeito, mas o que tange é: os produtores estão sendo prejudicados por terem feito  
 109 um cadastro – eles sabiam, sim, da importância –, e dez anos agora nós vamos falar que o cadastro estava errado,  
 110 o cadastro vai ser suspenso. Sessenta dias é muito pouco para fazer uma retificação, dependendo do tipo de  
 111 problema. E aí? Tem o recurso do Plano Safra, e o produtor não vai conseguir produzir a comida que chega às  
 112 nossas mesas todo dia. Esse é o dilema que vivemos diariamente na Faemg. Eu acho que o órgão deveria ter mais  
 113 percepção. Elogio a iniciativa do IEF, do César Donato, de estar conosco, fazer esse plano, mas o que eu escutei  
 114 aqui hoje na URC é assim: ‘a culpa é do produtor, nós fizemos a nossa parte.’ Acho que todos devemos fazer mea-  
 115 culpa e buscar soluções do problema e não simplesmente descartar os CARs feitos no Estado de Minas Gerais.  
 116 Esse é o meu posicionamento.” Rinaldo José de Souza/IEF: “Senhor Henrique, eu não respondo pela diretoria do  
 117 IEF, estou aqui fazendo um panorama sobre o que já foi analisado do CAR e a situação que peguei da região  
 118 Metropolitana, dos CARs que temos feito análise. Uma coisa que está sendo enfrentada, o IEF e a SEMAD têm  
 119 feito todo o esforço para que isso ocorra da maneira mais rápida, implantar análise dinamizada, uma contratação  
 120 que está muito próxima de terceirização dessas análises e apenas homologação pelo órgão. O IEF é parceiro, sim.  
 121 Como nós estamos aqui em um diálogo técnico, eu não posso chegar para vocês e falar ‘nós vamos pegar e  
 122 resolver isso tudo em pouco tempo’ ou então falar pela diretoria, pelos esforços que a diretoria tem feito. E são  
 123 grandes os esforços. Também não posso falar pela Faemg, porque é uma grande parceira do IEF, sempre foi,  
 124 sempre trabalhamos juntos. O produtor está sendo sempre priorizado nessa situação. O IEF tem mais de 60 anos  
 125 lidando com a comunidade rural, com o produtor grande, o produtor pequeno. Eu pelo menos tenho 25 anos que  
 126 lido diariamente com todas essas pessoas. E o que eu disse aqui não é falta de sensibilidade nem um pensamento  
 127 divergente de todo o resto do IEF. Todos nós enfrentamos o problema, e hoje, como é um diálogo com os  
 128 senhores, nós colocamos o problema que estamos tentando resolver. Desde o início eu disse o seguinte: é  
 129 importante que as pessoas revisitem o CAR, essa é uma solução. E no final da apresentação foi dito que o CAR,  
 130 mesmo suspenso, vai ser reativado a qualquer momento em que for atendida a solicitação de acerto. Não  
 131 podemos partir do princípio de que está tudo bem, porque quem acha que está tudo bem ou está mal  
 132 intencionado ou mal informado. Então aquela situação que eu coloquei é a situação de hoje. Tem muito problema  
 133 com o CAR, esses problemas podem não chegar ao produtor porque os produtores, os interessados, precisam  
 134 visitar os cadastros e corrigir aquilo que perceberem. Porque nós não vamos corrigir, nós vamos notificá-lo para  
 135 corrigir. Então até essa rapidez depende de a pessoa receber essa notificação. Eu não queria ser mal entendido,  
 136 eu não quero dizer que isso é má-fé, que o IEF não vai resolver, que não é parceiro. Eu simplesmente estou  
 137 colocando a situação. O pensamento meu, que sou aqui da ponta, e mais da diretoria é o mesmo, porque nós  
 138 somos muito bem orientados pela nossa diretoria. Várias atitudes vêm sendo tomadas para agilizar essa análise  
 139 e também para que o produtor não pare de produzir. Isso não vai acontecer.” Conselheiro Henrique Damásio  
 140 Soares: “Eu agradeço. E quando eu falo aqui não é criticando a pessoa Rinaldo nem nada, mas é porque a situação  
 141 é muito urgente e parece que ficamos conversando só no âmbito do meio ambiente, só entre nós, e não levamos  
 142 às nossas autoridades. Então o governador precisa vir aqui à Faemg fazer o lançamento dessa análise dinamizada,  
 143 conversar com os prefeitos, com o presidente da Emater, a Associação Mineira dos Municípios para que isso tome  
 144 uma velocidade a qual os tempos atuais exigem. Mas é nesse sentido. Agradeço pela resposta, fiquei satisfeito  
 145 com a resposta. Muito obrigado.” Conselheiro Pedro Tavares Lima: “Eu queria só parabenizar as duas  
 146 apresentações, que foram muito bem explicativas, muito bem ilustradas.” Em seguida, foram respondidas pelos  
 147 palestrantes as perguntas registradas via chat. **7) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Pedro Tavares Lima: “Eu  
 148 gostaria de questionar o secretário de Meio Ambiente da prefeitura, que está aqui, e demais membros a

149 prefeitura, do Conselho, se a prefeitura já enviou algum projeto, algum Estudo de Impacto Ambiental daquela  
150 atrocidade que estão querendo fazer no lugar do Aeroporto Carlos Prates. Colocar 5.000 casas ali é um grande  
151 empreendimento, que gera impacto tanto ambiental quanto urbanístico na cidade. Um estudo de impacto até  
152 nos bairros da região. Não temos visto nada disso nos conselhos, e a prefeitura já está fazendo algumas  
153 intervenções no local.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Eu vou franquear a palavra ao conselheiro  
154 representando a prefeitura, caso ele entenda oportuno manifestar. Mas creio que, caso não, pode ser direcionado  
155 oficialmente à prefeitura para que possa manifestar posteriormente. Pela Prefeitura de Belo Horizonte temos  
156 representantes?” Conselheiro Pedro Tavares Lima: “Presidente, se esta Unidade Colegiada puder enviar essa  
157 solicitação à prefeitura para posterior esclarecimento, eu vou ficar agradecido.” Presidente Fernando Baliani da  
158 Silva: “Conselheiro, eu recebi informação de que estamos tentando contato com a equipe da prefeitura, na  
159 condição de representantes do município. Mas eu acho que é oportuno fazer o envio formal, até para que possam  
160 ter um tempo para poder consultar as bases de dados e tudo mais.” Conselheiro José Reis Nogueira de Barros:  
161 “Sim, à inteira disposição. Pode nos enviar que faremos as devidas avaliações e ponderações.” Presidente  
162 Fernando Baliani da Silva: “Conselheiro Pedro, então faremos um encaminhamento ao município para que eles  
163 possam depois fazer as considerações com relação ao seu questionamento.” Conselheiro Geraldo Magela da Silva:  
164 “Presidente, à guisa de esclarecimento, eu gostaria de saber o seguinte: a nossa próxima reunião já está  
165 agendada? Porque esta reunião normalmente não acontece na parte da tarde, e houve essa modificação. Só para  
166 o melhor planejamento nosso, tendo em vista a retomada dos trabalhos da unidade, eu gostaria de solicitar que  
167 nos fosse reenviado, se possível, um novo agendamento, uma nova previsão das reuniões para até o final do ano.”  
168 Felipe Brait Carneiro Goncalves/SEMAD: “Boa tarde, senhor conselheiro. A agenda fica divulgada no site da  
169 SEMAD. Eu, particularmente, sempre que preciso consultar a agenda, vou no Google e digito ‘agenda COPAM’. É  
170 o primeiro link. E já respondendo à pergunta do senhor a nossa próxima reunião da URC Central está agendada  
171 para o dia 6 de setembro, às 9h. De qualquer forma, nós podemos enviar a agenda para o senhor. E caso o senhor  
172 possa querer consultar tem essa facilidade de achar pelo Google ou pelo site da SEMAD.” **8) ENCERRAMENTO.**  
173 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Fernando Baliani da Silva agradeceu a presença de  
174 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

175

176

---

#### APROVAÇÃO DA ATA

177

178

179

180

---

**Fernando Baliani da Silva**

**Presidente suplente da URC Central Metropolitana**